

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO
I SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Alain Martins da Silva Gerino- alainmsilva@gmail.com

Jailton Farias da Silva – jailton.farias@yahoo.com.br

SÃO PAULO
NOVEMBRO DE 2009

A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Alain Martins da Silva Gerino- alainmsilva@gmail.com

Jailton Farias da Silva – jailton.farias@yahoo.com.br

RESUMO

Esta pesquisa pretende discutir a participação política exercida contemporaneamente pela Sociedade Civil junto ao Estado, em busca de entender como se dá essa relação. Para tanto decidimos analisar o boletim informativo Repente produzido pelo Instituto Pólis, com a intenção de fomentar a participação popular com vistas à democracia participativa. Procuramos identificar os mecanismos, dispositivos e técnicas, utilizados pelo veículo de informação citado, para transformar o indivíduo num cidadão mais ativo.

Palavras-chave: participação política, democracia, razão de Estado, políticas sócias, organizações populares.

INTRODUÇÃO

A produção desta pesquisa consiste em analisar os mecanismos que fomentam a participação política, através do boletim informativo REPENTE, criado pelo Instituto Pólis a partir de 1996, no Brasil. Este boletim tem por objetivo atingir as formas organizacionais, em sua maior multiplicidade, afim de, positivar a construção da relação democrática entre Estado e sociedade no intuito de haver maior poder de intervenção da sociedade nas decisões de políticas sociais.

Nossa pesquisa se apóia na necessidade de produzir conhecimento, sem favorecer, vincular ou menosprezar o discurso democrático, acerca da participação política, para que assim possamos compreender como – e não porque – se dão as decisões coletivas em nossa sociedade. Entendemos que estudar os mecanismos de atuação que fomentam essa participação é um caminho possível, o qual se apresenta como mais exeqüível nesse momento para nós, devido ao fato dessas ações produzirem saberes sobre a participação política – técnicas, métodos e dispositivos de se fazer o cidadão como parte de um exercício de poder. Esses saberes, produzido no exercício da participação e produtor de novas ações participativas, ou seja, integração ao corpo do

Estado, nos parece um bom mote para levantar questões que ajudem a compreender essa dinâmica.

Antes de identificar esses mecanismos se faz necessário expor como o Instituto Pólis enxerga a relação de participação política. No entanto vejamos: o Brasil, desde a década de 1980 vem passando por um processo de redemocratização que abre novas oportunidades de participação política, em seu primeiro momento, fomentado pelos movimentos sociais, e posteriormente, com o envolvimento do chamado terceiro setor. O processo conflui em dois projetos distintos, a saber, o de democracia participativa e o de Estado mínimo neoliberal, porém são mascarados como demonstra Dagnino (2004, p.96):

Meu argumento é então que a última década é marcada por uma confluência perversa¹ entre esses dois projetos. A perversidade estaria colocada, desde logo, no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva..

A relevância desses projetos na redemocratização brasileira se opera na conquista, outorga e obrigação de direitos e deveres que conformam a cidadania. Em outras palavras, é pela cidadania que a democracia alcança sua legitimidade. Por um lado pode ser na conquistas de direitos, por outro o Estado pode conceder direitos aos indivíduos, ou mesmo exigir sua participação, ganhando o *status* de cidadão aquele que além de ser solidário para com os menos favorecidos exerce a dependência existente na relação Estado-cidadão através da execução de direitos e deveres.

Desta forma, podemos dizer que a presença dos projetos distintos se dá pela existência das democracias representativa e participativa. Por demais a evidencia desta confluência perversa pode ser percebida através da utilização dos mesmos termos, quais sejam: sociedade civil, participação e cidadania. No entanto a empregabilidade desses termos se difere nas democracias existentes, vejamos:

No que tange a sociedade civil, esta é entendida como setores organizados da sociedade que lutam pelas garantias de direitos constituídos e conquistas de novos direitos, na horda da democracia participativa. Por outro lado a transmutação histórica dentro do processo democrático, com o surgimento do projeto neoliberal, trouxe consigo a marginalização dos movimentos sociais e a luta pela concessão de direitos através das organizações não-governamentais (ONG's), que se legitimam não mais pela identificação de necessidades dos pares - como nos movimentos sociais - mas sim por um conhecimento técnico das questões sociais vigentes.

¹ Por confluência perversa a autora entende "um fenômeno cujas conseqüências contrariam sua aparência, cujos efeitos não são imediatamente evidentes e se revelam distintos do que se poderiam esperar" (nota 5)

Com a Constituição brasileira de 1988, abrem-se espaços para a participação da sociedade na tomada de decisão de políticas sociais, prevendo espaços legitimados ao qual a sociedade deve se incorporar em busca de fazer presente suas demandas. É nesse âmbito que se dá a participação em ambos projetos. Como demonstrado, os atores e suas legitimidades se modificam trazendo, no entender de Dagnino, uma despolitização na questão participativa. Destarte o apelo à participação tem caráter filantrópico, ou seja, participar no sentido de contribuir para com a diminuição de misérias sociais.

Contudo a restauração da democracia brasileira em meados da década de 1980 surte efeito devido a reivindicação de participação política, fomentada pelos movimentos sociais, com a idéia de produzir uma nova sociedade, como demonstra Dagnino:

Esse projeto significa uma reforma moral e intelectual: um processo de aprendizagem social, de construção de novos tipos de relações sociais, que implicam, obviamente, a constituição de cidadãos como sujeitos sociais ativos. Mas para a sociedade em seu conjunto, requer também aprender a viver em termos diferentes como esses cidadãos emergentes que se recusam a permanecer nos lugares definidos social e culturalmente para eles (p.105)

A ampliação da cidadania tinha como objetivo transformar o papel do cidadão num membro mais ativo, mas que cidadão ativo é este que estamos falando? Quais são suas características? Quais são os dispositivos e tecnologias utilizados para formar esse cidadão? Essas perguntas se complicam ao passo que a projeção para o nascimento da chamada cidadania ampliada passa a disputar espaço com o projeto neoliberal. Portanto vejamos;

A cidadania retransfigurada pelo neoliberalismo pauta-se na inserção de excluídos sociais, esses devem ser integrados através de políticas socioeconômicas de maneira pontual a problemas e público-alvo específico – atacando a idéia de universalização dos direitos, quanto mais o ideário de ter direito a ter direitos, essas que são as chaves principais da cidadania ampliada – passando a ser de responsabilidade técnica as tomadas de decisões que definem onde e como atuar com essas políticas públicas. Desta forma, podemos encontrar pontos de convergência entre a cidadania neoliberal e a cidadania regulada que nos acompanha desde o Estado Novo. A cidadania regulada tinha como pedra basilar a integração no mercado de trabalho. Só adquiria direitos aqueles que obtinham emprego. Com isso é possível dizer que a inserção no mercado do trabalho era o fator de condução para cidadania. Já com o projeto neoliberal o Estado vai à busca dos sujeitos marginalizados para integrá-los não só ao mercado de trabalho formal como também as economias solidárias e sustentáveis, em busca de encontrar espaço produtivo nos locais em que a “mão invisível” do mercado não alcança. Esta nova cidadania tem por suas características, tornar claro as vantagens que se tem ao se integrar no corpo social “ativo”. Porém não podemos deixar de apresentar que o discurso para com a diminuição

da miséria social está de toda forma ligada, intrinsecamente, na condição de possuir mercadorias, as quais também lhe darão status de cidadão. Criou-se uma nova moral sobre o que é cidadania, atrelada ao consumo; seja por doações ou programas econômicos sociais como exemplo: Bolsa Família (programa do Governo Federal).

Após o panorama apresentado, vamos a nossa análise: podemos perceber que há diferenças entre esses dois projetos de democracia, que tentam se afirmar e conformam o campo de disputa político-institucional no Brasil de hoje. Da mesma forma que também, ao passo que o pêndulo do poder esteja mais de um lado ou de outro, a de haver diferenças na relação dos diversos sujeitos e suas multiplicidades de interesses que formam a chamada população ou, se preferir, cidadãos, bem como na relação desses – multidão, população, cidadão – com o Estado. Porém, o que não podemos deixar de colocar, é que, além dos termos homônimos (sociedade civil, participação e cidadania) há outros pontos de convergência entre esses dois projetos de democratização, e eles passam pela *razão de Estado*. A princípio, esses projetos desejam aparecer como sendo benfazejos, e efetivamente se mostram como tal em suas atuações, tanto um quanto outro são formas de governar que constroem uma dinâmica social satisfatória às necessidades de produção da vida e de riquezas. Todos os dois estão bem integrados à órbita do Estado moderno, com suas estatísticas, disciplinas e preocupação com a arte de governar a população. Assim, ambos têm em seu seio a lógica do pastorado, este que conforma o Estado moderno, ao menos aos olhos de Foucault (2006, p.87):

Podemos dizer que o pastorado cristão introduziu um jogo que nem os gregos nem os hebreus haviam imaginado. Um estranho jogo cujos elementos são a vida, a morte, a verdade, a obediência, os indivíduos, a consciência de si. Um jogo que não parece ter qualquer relação como o jogo da cidade que sobrevive através do sacrifício dos cidadãos. Nossas sociedades mostraram-se verdadeiramente demoníacas quando conseguiram combinar esses dois jogos – o da cidade-cidadão e o do pastor-rebanho – naquilo que convencionamos chamar Estado moderno

É nesse cenário de disputa de poder que se inserem as questões que queremos elucidar com essa pesquisa.

ROLO COMPRESSOR: UMA PREOCUPAÇÃO A UM TIPO DE PARTICIPAÇÃO

A primeira conseqüência é a diminuição dos espaços de lutas e a desarticulação entre os vários segmentos populares da cidade. Sem nenhuma experiência gerencial, as entidades ficam completamente absorvidas pela gestão dos programas governamentais, e se desdobram para “mostrar competência”. Inverte-se a lógica: quem antes reivindicava e cobrava, agora executa e é cobrado (Repente nº02, p.7).

Os movimentos sociais (comunitários) tinham como fio condutor a autogestão. Seu grande propulsor funcionava a base de envolvimento direto do militante. Poderíamos dizer

que em tempos de ditadura militar, forte e explícita repressão social, os movimentos sociais em prol da democracia obtiveram êxito frente ao regime vigente. Mas sem criar vínculos propriamente com o Estado, pois seria algo totalmente contraditório. Pós ditadura militar, em pleno período democrático brasileiro o jogo se inverte; o movimento social ou comunitário que tinha como menção a intervenção, participação, nas decisões de políticas públicas, agora ao se incorporar como instituição no Terceiro Setor sua lógica de como movimentação é alterada, o seu papel como terceiro setor não só o enfraquece como o esmaga, fazendo que a extinção dos movimentos sociais esteja presente em um futuro breve. Contudo é daí que se promove o discurso em problematizar o papel da relação entre Estado e entidades sociais. Essas não só perdem seu caráter de luta, mas também acaba se transformando em uma organização operacionalizada pela *ratio* do Estado.

Na verdade, o modelo de co-gestão, sofisticado por palavras como parceria, participação, etc, tem se apresentado como uma armadilha para o movimento comunitário (Repente nº02, p7).

A grande preocupação de líderes comunitários é a perda do caráter de luta que o movimento social obtinha. Hoje se coloca em questão o papel que as entidades sociais possuem frente ao Estado. A atuação das entidades no terceiro setor está dando a essas, outra identidade, uma identidade de caráter estatal, como organizações geradas no seio do Estado. A autogestão parece ter desaparecido dos movimentos sociais, senão desapareceram muitos líderes comunitários atribuem isso a apenas uma questão de tempo. Segundo João Joaquim de Melo - líder comunitário do Conjunto Palmares, em Fortaleza: “O rolo compressor parece irreversível.” (Repente nº02, p.7)

REPENTE: UM VEÍCULO DE TRANSFORMAÇÃO ATRAVÉS DA INFORMAÇÃO

Esse instrumento de formação e informação tem a finalidade de transformar a participação social; a utilização do boletim informativo cai como oportuno mecanismo na construção do cidadão participativo. Procura desenvolver habilidades nas pessoas que irão participar das decisões, com vista a conseguir efetividade e legitimidade: “se os representantes falham ao levar para os conselhos os anseios da população, esses espaços ficam desacreditados e deixam de ser uma alternativa” (repente nº 07 p. 2).

Identificamos como sendo os dispositivos de inserção de pessoas, na construção do cidadão ativo, informação e formação. Resolvemos dividir esses como dois blocos analíticos distintos, com intuito didático de melhor entendimento. Vejamos:

De repente, o Repente voltou. Ele quer, agora, se espalhar por todo Brasil. Quer levar informações e formação para os conselheiros de todos os conselhos e para todas as pessoas interessadas em construir e fortalecer espaços de participação popular, de exercício de cidadania ativa (...) Acreditamos que é importante

capacitar a sociedade para ocupar esses canais de participação, para que se tornem espaços efetivamente públicos (...) Sem informação, a capacitação técnica e política, os diversos atores da sociedade, principalmente os movimentos populares, não conseguirão fazer desses canais espaços verdadeiramente públicos. (Repente nº4, capa)

Entendemos por dispositivo informativo as temáticas voltadas para o objetivo de elucidar o campo de atuação deste cidadão ativo. Dentro deste bloco, encontramos nos exemplares, informações que tratam dos Conselhos, das Conferências, bem como órgãos de Estados que tem por objetivos auxiliar esses espaços participativos, Ministério Público e Tribunal de Contas. Ainda exerce claras definições de conceitos como representatividade, controle social, política pública e orçamento público. A partir dessas temáticas o boletim além de informar seus leitores, também sensibiliza para a necessidade de participação nesses espaços e à correta utilização dos conceitos e órgãos auxiliares.

No que tange aos dispositivos formativos, encontramos diversas técnicas que, ademais, dão aptidão na construção dos atores sociais. Tais como negociação de conflitos, organização de reuniões, discurso retórico, escrita e planejamento estratégico, por fim a institucionalização da luta na criação de associações.

Portanto indagamos: Como essas técnicas viriam a ser seus dispositivos? Com a necessidade de tornar eficiente a participação política, é tamanha a importância da construção de técnicas como dispositivos para a finalidade à que se destina o boletim informativo Repente. Podemos dizer que esta é a fórmula (forma positiva) ao qual se depara Ong's, Entidades Sociais e Associações Populares, assim como outras formas de organizações políticas para produzir a relação participativa. Ou seja, há um campo de disputa de interesses que não se restringe a relação Estado-Sociedade Civil: Nem o Estado é homogêneo nas suas colocações junto a esse espaço de ampliação das decisões políticas, haja vista que essa idéia abstrata de Estado tem que se confrontar, na prática do exercício diário de exercer a arte de governar, com a multiplicidade de secretarias, órgãos burocráticos e órgãos de execução de serviços à sociedade – isso pra ficar só no âmbito executivo – e esses, por sua vez, têm que lher dar com a multiplicidade de interesses e entendimento que há dentro de cada uma dessas instituições; Muito menos, há homogeneidade entre a Sociedade Civil. Esse conceito, por sua vez, já encontra dificuldade até na sua forma abstrata, quanto mais nos seus correspondentes empíricos.

Ao olhar para esse campo de disputa, e com a idéia de conciliar as diferenças e encontrar um objetivo que seja comum a todos, qual seja, o bom funcionamento do Estado e a efetiva produção de sua razão de ser; cuidar da vida de sua população, dos seus corpos e suas mentes, produzir a *apathéia* necessária para que uma multidão se torne

uma população a fim de se fazer viável seu exercício – o do Estado. É com essa necessidade que se utilizam técnicas informativas e formativas como dispositivos de se construir um cidadão que se preste, além de ser eficiente, a essa relação participativa. Primeiro, identificar um campo visível ao qual ele virá há partilhar, em busca de satisfazer seus anseios, ou seja, produzir uma territorialidade necessária a essa relação de poder. É assim que identificamos a preocupação em informar seus leitores sobre os campos de atuação, mecanismos auxiliares e os conceitos básicos partilhados pelos seus participantes, demonstrada no boletim.

Posteriormente, há necessidade de se fazer dessa relação uma relação “produtiva”, para que essa multiplicidade demonstrada acima não inviabilize o projeto de uma democracia participativa. Portanto se faz necessário àqueles – que depois de sensibilizados a compartilhar tal territorialidade – sejam providos de habilidades técnicas que suscitem certa homogeneidade entre os diversos atores dessa relação. Uma homogeneidade artificial, uma homogeneidade de saberes compartilhados através das habilidades técnicas. Uma outra territorialidade.

É possível afirmar que esses dispositivos servem à formação da Institucionalização das disputas de interesses. Institucionalização essa que é produtora de verdades; verdades estas que pautam relações. Essas que por sua vez geram dinâmica social. No entanto sobre essa forma de participação política poderíamos falar da existência de uma relação pastoral?

PASTORADO GENERALIZADO: AS ORGANIZAÇÕES GERADAS NO SEIO DA RATIO DE ESTADO

O pastorado parece estar na lógica da relação; a participação na lógica da *ratio* de Estado. As organizações por si tomam outra face: organização pautada e controlada pela lógica estatal. O caráter autônomo das lutas populares que impulsionava os movimentos sociais se perde e fica no lugar a relação com espaços legitimados, órgãos burocráticos e um tipo de organização específica. Seria esta a nova relação entre Estado e Participação Popular?

O fato é que não há outros espaços que se considerem legítimos, sempre há maneiras diferentes para se relacionar, porém sob o risco de serem marginalizados ou mesmo de não se aproveitar de um espaço que foi conquistado com base na luta popular, essa relação se apresenta, segundo os organizadores do boletim, como sendo a mais apropriada, tanto que podemos verificar em um panorama, ao qual, eles mostram as

modificações na relação da gestão municipal e os movimentos populares entre a década de 1970 até a de 1990:

Final da década de 70: O crescimento do movimento popular através da organização pela base, com autonomia dos partidos políticos e independência do Estado, gera vários conflitos com o governo. As lutas por melhores condições de vida nos bairros unem-se às forças políticas de oposição à ditadura militar contra o inimigo comum: o Estado autoritário.

1982: Explicitam-se diferentes projetos políticos e concepções sobre o papel dos movimentos populares. As propostas participativas dos governos oposicionistas são vistas, por muitos, como populistas e voltadas à cooptação dos movimentos, gerando dissidências entre militantes.

1985: A negação de qualquer relação com o Estado em uma profunda desconfiança da participação em espaços institucionais divide os movimentos. A apresentação de reivindicações imediatas marca a relação com os governos. Por outro lado, surgem novas articulações ANAMPOS, MDF, MOPs, ANLUT, ANSUR, CONAM, antecipando um dos maiores desafios dos movimentos: a unificação das lutas.

1988: A Constituinte obriga os movimentos a sistematizarem suas experiências e conhecimentos acumulados nas lutas e traduzi-los em emendas populares. Essa participação capacitou a entender de leis, procedimentos jurídicos e tramitações, dando nova qualidade técnica e política à sua atuação. (Repente nº01, p.7)

Sendo assim, a relação ao qual está envolvido o Instituto Pólis (mais exclusivamente o Repente), busca em seu âmago a fomentação à este tipo de participação, passando pela transformação do cidadão através da informação e formação para que assim chegue a tão sonhada democracia participativa. No entanto, como demonstrado a razão de Estado carrega no seu bojo o pastorado com a finalidade de aplicar sua lógica e controle sob os focos de fragmentação do poder, assim como manter aqueles que já são integrados, para que assim exerça sua gerencia social. Desta forma quando as organizações sociais passam a se comportar sobre o “cajado” do Estado; não só compõem a relação messiânica entre a razão de Estado e a Sociedade Civil, como também passam a ser um núcleo de proliferação pastoreira. Ou seja, não é só o Estado que está preocupado em moldar o corpo e a mente dos indivíduos, como também essas instituições procuram construir um tipo específico de cidadão que seja apto à participação.

Portanto, devemos imaginar que a questão dos dois projetos distintos de democracia – representativa e participativa – gera uma confluência mais perversa que imaginado?

BIBLIOGRAFIA:

BORON, A. A. (org.). *Filosofia Política Contemporânea: Controvérsias sobre Civilização, Império e Cidadania*. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo. 2006

CLASTRES, P. *A Sociedade contra o Estado* in *A Sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

DAGNINO, Evelina (2004) “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” In Daniel Mato (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. 1933 - *Micropolítica e Segmentaridade* In: *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*, vol. 3 — Rio de Janeiro : Ed. 34, 1996 (Coleção TRANS)

DERRIDA, J. & LÉVI-STRAUSS, C. *O inconsciente estrutural e o homem* in *Mente, Cérebro e Filosofia – o século XX*. Ed. nº12. Duetto editorial. Brasil.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade*. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1999.

_____. L'homme est-il mort? (entrevista com C. Bonnefoy), *Arts et Loisirs*, no 38, 15-21, junho de 1966, pp. 8-9. Traduzido a partir de FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994, vol. I., p. 540-544, por Marcio Luiz Miotto. Revisão de wanderson flor do nascimento.

_____. *A governamentalidade e Omnes et singulatum: uma crítica da razão política* in *Ditos e Escritos IV*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.

_____. *Uma Introdução à vida não fascista* in *Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia*. DELEUZE, G. & GUATTARI, F.

HARDT, M. & NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Ed. Record. Rio de Janeiro. 2005.

REICH, W. *Psicologia de Massas do Fascismo*. 3ª ed. São Paulo. Martins Fontes, 2001.

VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia da Práxis*. São Paulo. Expressão Popular / CLACSO, 2007.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *O Nativo Relativo*. MANA 8 (1):113-14'8, 2002.

VIRNO, Paolo. *Gramática da Multidão: Para uma análise das formas de vida contemporâneas*. 1ª ed. Roma, Itália. 2002.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas* in *Os Pensadores*. 2ª ed. Nova Cultural. 1999.

DOCUMENTOS:

Boletim informativo REPENTE, do volume nº01 ao nº29 (exceto nº15, não disponível), produzido pelo Instituto Pólis.

ATIVIDADES EXTRAS:

Colóquio Pierre Clastres - pensar a política à Contracorrente.

Participação: Quarta-feira, 07/10/2009

Sociedades ameríndias

“A arte das sociedades contra o Estado”, com Els Lagrou;

“Américas, lugar do não-Um”, com Beatriz Perrone-Moisés;

“Chefia e intercâmbio de bens na Amazônia”, Gabriel Coutinho Barbosa.